



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

**EXMO. SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS
EUROPEUS
DR. PAULO MOTA PINTO**

Of. n.º 072/12ª - CPECC/2015

24-04-2015

Assunto: Relatório do Governo - "Portugal na União Europeia - 2014",

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o parecer sobre o Relatório do Governo - "Portugal na União Europeia - 2015", relativo às áreas de competência da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e a abstenção do PCP e do BE, na reunião desta Comissão Parlamentar, realizada em 24 de abril de 2015.

Com os melhores cumprimentos

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Pedro Lynce)



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA – 2014

RELATÓRIO SOBRE O ACOMPANHAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA 2014

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação emite, ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 163º da Constituição da República Portuguesa e da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, alterada pela Lei nº 21/2012, de 17 de Maio, o seguinte Relatório sobre o documento intitulado “Portugal na União Europeia – 2014”.

Relator: Deputado Raúl Almeida

23 de Abril de 2015

I – Nota Prévia

- Em cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 5º da Lei nº 43/2006 de 25 de Agosto, alterada pela Lei nº 21/2012, de 17 de Maio., o Governo remeteu à Assembleia da República, para apreciação, o Relatório “ Portugal na União Europeia – 2014” respeitante à participação de Portugal no processo de construção da União Europeia.

- O referido Relatório foi distribuído a 31 de Março de 2015, à Comissão de Assuntos Europeus, por esta ser, nos termos do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, alterada pela Lei nº 21/2012 de 17 de Maio, a comissão parlamentar competente para o acompanhamento e apreciação global dos assuntos europeus, designadamente no que se refere à actuação do Governo quanto a esta matéria.

- O Relatório “Portugal na União Europeia – 2014” é essencialmente um documento descritivo que procede a uma extensa enumeração das actividades realizadas e da intervenção e/ou participação de Portugal nessas actividades. Permite-nos, por isso, ter uma visão global da participação portuguesa no processo de construção europeia.

Em termos sistemáticos, o Relatório está dividido em oito títulos, a saber:

Título I – Questões institucionais

Título II – Alargamento

Título III – Semestre Europeu

Título IV – Políticas internas na UE

Título V – Espaço de liberdade, segurança e justiça

Título VI – Acção externa

Título VII – Aplicação do Direito da União Europeia

Título VIII – Política de Informação, Comunicação e Formação



- Por email de 6 de Abril de 2015, o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus solicitou à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, a emissão de Parecer no que se refere às suas áreas de competência.

- A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação designou como relator o signatário do presente relatório.

II – Apreciação

Passando, de seguida, à análise das matérias que incidem nas áreas da competência desta comissão, realçam-se os aspectos que se reputam, em nosso entender, como mais relevantes.

TÍTULO IV – POLÍTICAS INTERNAS NA UE

Capítulo VI – Transportes, Telecomunicações e Energia

➤ Agenda Digital para a Europa

- O Conselho das Telecomunicações de Novembro fez o balanço dos primeiros 4 anos da Estratégia Digital e identificou os elementos a tomar em conta até 2020;
- Em Outubro, realizou-se em Lisboa a Cimeira para a Coligação Nacional para o Emprego Digital, centrada em 4 temas:
 - i) Agenda Digital e Crescimento Económico;
 - ii) Realinhamento de talentos: educação, formação e requalificação;
 - iii) «e-skills», emprego digital e procura futura;
 - iv) Novos «drivers» de emprego: atração de geradores de emprego digital;
- Em Fevereiro, teve lugar um evento nacional focado na disseminação de oportunidades de financiamento disponíveis no quadro da União Europeia,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

nomeadamente no Programa Horizonte 2020, que juntou representantes dos diversos sectores nacionais e europeus;

➤ **Projecto Centro Internet Segura**

- Este projecto, cofinanciado pelo Programa Internet Segura (2009 a 2013) e coordenado pela FCT, promove a sensibilização e consciencialização dos cidadãos para uma utilização mais segura da internet, através de várias acções que decorrem ao longo do ano;
- O projecto compreende ainda a participação na rede temática “Positive Online Content and Services for Children in Europe”, procurando promover conteúdos *online* positivos e de qualidade na internet;
- O projecto participou ainda na campanha “No Hate Speech Movement”, integrado no Comité Nacional da Campanha de Jovens pelos Direitos Humanos “online”, organizada pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude;
- O cofinanciamento comunitário deste projecto entrou em vigor em 2015;

➤ **Governança da Internet**

- De acordo com o relatório do Governo, o ano de 2014 foi muito relevante para a governança da internet, face à crescente importância do tema e às suas repercussões nas políticas públicas e nas áreas comerciais e económicas, técnicas e sociais;
- A Comissão Europeia adoptou, em Fevereiro, uma comunicação intitulada “A política e a governança da internet - o papel da Europa na configuração da governança da internet no futuro”, e, em colaboração com o Serviço Europeu para a Acção Externa, tem trabalhado com os Estados -Membros, a Suíça e a Noruega, com vista a alcançar uma posição conertada;



- O Conselho aprovou um documento com as principais orientações a transmitir na reunião “Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance” (NETMundial), que decorreu em São Paulo, em 23 e 24 de Abril de 2014;
 - O Conselho das Telecomunicações de Novembro aprovou ainda conclusões sobre questões-chave como a transição das funções da “Internet Assigned Numbers Authority” (IANA) e da ICANN, o programa relativo aos novos “generic Top Level Domain names” (gTLDs), o modelo “multistakeholder”, os princípios de Governança da Internet e a renovação do mandato do IGF para além de 2015;
 - O governo português tem defendido, nas instâncias europeias e internacionais, uma internet única, livre, segura, fiável e não fragmentada, o modelo “multistakeholder” de governação, o reforço do IGF e a internacionalização das funções da IANA, bem como um reforço da transparência e internacionalização da ICANN;
- **Programa comum Assistência à Autonomia no Domicílio (“Active and Assisted Living - AAL”)**
- No âmbito deste programa, decorreu entre 28 de Março e 28 de junho o concurso AAL 2014, que contou com 28 participações portuguesas em 15 projectos candidatos;
 - O compromisso financeiro nacional para este programa, no ano passado, foi de 500 mil euros;
 - Tudo indica que serão financiados 5 projectos que, com a comparticipação europeia, importam num financiamento global de quase um milhão de euros;
- **8ª Parceria UE-África “Ciência, Sociedade da Informação e Espaço”**
- Portugal concluiu, em Março, o projecto “Supporting dialogues and cooperation with Africa to enhance cooperative research links between European and African in the



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

framework of the Africa-EU Strategic Partnership 8”, cofinanciado pelo 7º Programa Quadro;

Capítulo XI – Educação, Cultura, Audiovisual, Juventude e Desporto

➤ Literacia dos Media

- Portugal integrou o grupo de peritos da Comissão Europeia sobre Literacia dos Media, realçando o Governo a parceria entre a Universidade do Minho e a Rede de Bibliotecas Escolares, que consiste num estudo piloto destinado a avaliar os níveis de literacia mediática dos estudantes do 12º ano de escolaridade de Portugal continental;
- Este estudo, segundo o relatório, encontra-se em fase de finalização;

TÍTULO VIII – POLÍTICA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO

Capítulo II – Comunicação sobre os principais temas da agenda europeia

➤ Portal EUROCID, FACEBOOK e Newsletters (NL)

- Segundo o relatório, o portal EUROCID registou um aumento do número de visitas em 2014 (mais 2% em relação ao ano de 2013, num total de mais de 625 mil visualizações de página), confirmando-se assim como o principal ponto de acesso do cidadão de língua portuguesa à informação europeia;
- A comunicação incidiu principalmente sobre os temas prioritários da agenda europeia (cidadania europeia, eleições europeias, etc.);
- É ainda de referir que este portal foi remodelado e atualizado no decurso do ano de 2014;



- O canal CIEJD (Centro de Informação Europeia Jacques Delors) está presente na rede social Facebook e, no final de 2014, reunia um conjunto de 25 551 seguidores, e constitui, segundo o Governo, uma das apostas melhor sucedidas em termos de disseminação electrónica de informação, sendo cada publicação visualizada por milhares de pessoas;
 - Além disso, tem um papel crucial na divulgação da agenda e dos temas europeus, contribuindo decisivamente para a constituição de uma comunidade de conhecimento em assuntos europeus;
 - Quanto a NL, em 2014 foram enviadas 26 NL para um número de aproximadamente 18 500 subscritores activos, o que representa cerca de 481 000 envios;
 - A programação é feita considerando 2 NL mensais (Portugal na União Europeia e Empresas e Empreendedores) e algumas NL especiais, cujos temas variam consoante as actividades do CIEJD;
- **Parcerias de gestão (PG)**
- A PG que vigora em Portugal desde 2008, gerida pelo CIEJD, contribuiu para reforçar a coerência da comunicação e para promover a abertura à participação dos cidadãos, das empresas e das suas associações, da comunidade educativa e de outras organizações da sociedade civil nas acções previstas no âmbito de planos de comunicação anuais;
 - A Comissão Europeia descontinuou a parceria de gestão em 2013: no entanto, as entidades responsáveis deliberaram a sobrevivência desta PG em 2014, tendo em conta as necessidades de execução de acções de comunicação nacionais a propósito das eleições europeias do ano passado, acções essas que absorveram o remanescente das verbas que haviam sido atribuídas em 2013;
 - A eficácia desta comunicação em parceria tem sido testemunhada em sucessivas avaliações, quer nacionais quer a nível europeu, lamentando o Governo, pois, a descontinuação desta PG, que vem colocar em sério risco os proveitos que a mesma



já gerou, no que concerne à promoção do exercício da cidadania europeia em Portugal;

➤ **Projectos de comunicação**

- A representação da Comissão Europeia em Portugal convidou o Governo a colaborar como parceiro estratégico em 3 novos projectos de comunicação, a saber, (i) Uma nova Narrativa para a Europa, (ii) Fundos Europeus e (iii) Emprego Jovem;
- O CIEJD deu um importante contributo, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, fornecendo um conjunto significativo de materiais de suporte e contribuindo igualmente na elaboração do regulamento do concurso “Sonhar e Construir a Europa”, em parceria com o Ministério da Educação e Ciência;

➤ **Outras iniciativas do CIEJD**

- O CIEJD organizou ainda diversas iniciativas e eventos e participou noutras, que visaram promover o projecto europeu junto de públicos especializados e dos cidadãos em geral. Destacam-se as seguintes:
 - i) Dia Internacional-Europeu das Pessoas com Deficiência, organizou em parceria com a Fundação LIGA e com outras entidades oficiais;
 - ii) Fórum da Juventude Europa-Lusofonia;
 - iii) Semana de Verão em Lisboa - Jovens Estudantes Montepio, no âmbito do prémio Jovens Estudantes Montepio;

Capítulo III - Promoção do Conhecimento sobre a EU e a Actividade Editorial

➤ **Projectos europeus e nacionais e redes de colaboração com parceiros**

- Cumpre aqui salientar, em particular, o projecto “Tempo para Aprender: a Cidadania Europeia (TACE)”, que o CIEJD levou a cabo em colaboração com a Direcção-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais, e que tem como objectivo estabelecer pontes entre a sociedade e os estabelecimentos prisionais, proporcionando à população



reclusa formação e informação sobre os assuntos europeus e a cidadania, estimular a participação nos actos eleitorais e fornecer informação que permita aos professores e voluntários desenvolverem os seus próprios projectos de continuidade sobre temáticas europeias;

- Em 2014, realizaram-se oito sessões de formação asseguradas pelo CIEJD, as quais prosseguirão em 2015, abrangendo cerca de 230 reclusos de 15 estabelecimentos prisionais;

III – Das Conclusões

- 1- O presente relatório foi apresentado ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 163º da Constituição da República Portuguesa e da Lei nº 43/2006 de 25 de Agosto, relativo ao acompanhamento pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de Construção da União Europeia;
- 2- O presente Parecer abrange especificamente o Título IV – Políticas internas na EU e o Título VIII - Política de Informação, Comunicação e Formação;
- 3- O presente parecer destina-se a constituir um contributo da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, para o Relatório Final que se encontra a ser preparado pela Comissão dos Assuntos Europeus;
- 4- O Relatório da Participação de Portugal na Construção da União Europeia elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção Geral dos Assuntos Europeus referente ao ano de 2014, é um documento que reflete as políticas, as directivas e recomendações provenientes da EU e a sua aplicação a nível interno;
- 5- Verifica-se no essencial, e em relação às matérias da competência desta Comissão, que Portugal adoptou as linhas estratégicas e estruturantes que visam a construção europeia, participando activamente no processo de construção da União Europeia e contribuindo activamente para a divulgação do projecto europeu, enquanto espaço de cidadania mais alargado, em Portugal;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6- Constatase por fim, que Portugal tem assumido uma postura cooperante e integradora das políticas da EU.

IV – Parecer

Face ao exposto, e nada havendo a opor, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação delibera;

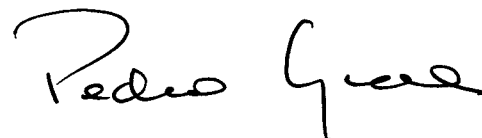
- Que o presente relatório sectorial sobre o relatório “Portugal na União Europeia – 2014” se encontra em condições de ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus, para os efeitos legais e regimentais aplicáveis.

Assembleia da República, 23 de Abril de 2015

O Deputado Relator

O Presidente da Comissão

 (Raúl Almeida)



(Pedro Lynce)

